

SOBRE A AUTORIDADE DO PROFESSOR EM SALA DE AULA: ANÁLISES POSSÍVEIS.

Samara Menezes Campos

Universidade Federal de Rondônia

samara.menezes.camp@gmail.com

Eixo V

RESUMO: O presente artigo tem objetivo de discutir o conceito de autoridade docente no âmbito da instituição escolar, bem como a configuração da prática docente na relação entre os indivíduos envolvidos no processo escolar. O trabalho justifica-se na medida que o conflito entre professor e estudante tem se tornado uma questão corriqueira nas instituições de ensino, influenciando diretamente no exercício da profissão docente e no desempenho dos estudantes. A metodologia que orientou o trabalho está baseada na discussão teórica de bibliografia referente ao tema, com apoio da prática de ensino através da observação, participação e regência escolar através das disciplinas de prática de ensino de língua portuguesa e literatura. Da discussão podemos afirmar que a autoridade do professor é exercida como metodologia de controle social no espaço da escola e que é importante no processo escolar, desde que não haja excessos de autoridade, nitidamente prejudiciais aos indivíduos no processo ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Autoridade, professor-aluno, escola.

ABSTRACT: This article has aimed to discuss the concept of teaching authority within the school, as well as the configuration of teaching practice in the relationship between the individuals involved in the school process. The work is justified to the extent that the conflict between teacher and student has made it a matter of course in educational institutions, directly influencing the exercise of the teaching profession and student performance. The methodology that guided the work is based on theoretical discussion of literature on the topic, with the support of teaching practice through obervation, participation and conducting school through the practical disciplines of Portuguese language and literature education. The discussion we can say that the teacher's authority is exercised as social control methodology in the school space

and that is important in the school process, provided there are no excesses of authority , clearly damaging to individuals in the teaching-learning process.

Keywords: Authority, teacher-student, school.

INTRODUÇÃO

A escola é um ambiente de grande preocupação para estudiosos na área da educação e formação de professores. A escola é local de formação intelectual e também de organização coletiva, seja dos professores e funcionários da escola, seja dos estudantes. Toda organização social deve se adequar as condutas ditadas pelo Estado ou corre o risco de ser estigmatizada. Nossa sociedade possui conjuntos de regras de comportamentos ditadas e criadas para manter a chamada boa ordem social. Na escola há também códigos disciplinares específicos para os sujeitos que frequentam diariamente o espaço escolar.

Se todo o ambiente escolar está sob autoridade da figura do diretor, dentro da sala de aula, é na figura do professor que é cedida a autoridade sob os estudantes. Contudo, essa autoridade que se configura como ações pedagógicas e disciplinares nem sempre ocorre de modo mecânico ou automático. É diante de intenso conflito que professores e estudantes coexistem pacificamente ou em confronto. A autoridade do professor é exercida na medida que se integra a prática pedagógica deste. Ou seja, pode vir a ser confundida durante o processo de escolarização. Veremos que a questão da autoridade é revestida de aparelhos de controle e causa algumas consequências, muitas das vezes prejudiciais aos envolvidos na escola. Nesse sentido percebemos que a discussão sobre democracia se coloca cada vez mais como fundamental no atual panorama da educação. Mesmo que inúmeros autores falem de democracia em extensas obras, é um tema que não pode ser esquecido ou colocado no status de esgotado. Isso porque é na democracia que reside os fatores responsáveis pela problemática entre quem exerce autoridade e quem acata a autoridade- professores e estudantes respectivamente. Temos a tarefa de discutir criteriosamente a escola, os professores e os estudantes. Reconhecendo a importância de cada um desses e observando o controle social que incide em cada um desses organismos. Procuraremos expor análises de teor sociológico na temática da educação. Para tal há a necessidade de buscar a discussão nas origens da problemática. Os conflitos constantes entre os membros da escola causam problemas de cunho educacional, aqueles que rodeiam o objetivo principal do ensino e da escola. E problemas de cunho social, aqueles oriundos na relação entre professores e alunos.

No primeiro capítulo nosso foco de abordagem será a escola e todos seus sistemas de funcionamento incluindo a comunidade que compõe a instituição. No segundo capítulo nossa análise de detém na escola e suas particularidades enquanto organismo do Estado. E no terceiro e último capítulo discutiremos proposições que contribuam com que a escola se modifique visando concluir seus objetivos sociais.

1) ESCOLA E SEUS COMPONENTES

1.1 Aspectos gerais da escola

A educação serve para a formação geral do sujeito. A pessoa consegue essa formação geral a partir da apropriação de cultura acumulada pela humanidade. Dentro dessa cultura existe regras sociais, conhecimentos, condutas, uma série de coisas.

A educação é oferecida a partir de práticas educativas e quem oferece é a família, a comunidade, a sociedade, as instituições sociais como a igreja, trabalho e dentre outras a escola. A legislação brasileira possui diversos mecanismos jurídicos que contemplam a educação. Através de leis municipais, estaduais mas principalmente através da Constituição Federal (1988) e da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (1996).

Art. 205 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206 (*) O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; (BRASIL, 1988.)

Assim como nos referimos no parágrafo anterior, também na carta magna brasileira, a educação é um direito dividida a sua responsabilidade entre família e estado. Na LDB o texto é praticamente o mesmo.

A escola é uma instituição diferente das demais e a prática educativa é diferenciada. A Educação na escola é formal, intencional ocorre de forma planejada e sistematizada, ainda que na família ocorra à educação intencional ela não tem o mesmo caráter planejado, sistematizado como deve ocorrer na escola.

É correto afirmar que a escola funciona como um sistema social em que o equilíbrio depende do desempenho de cada membro que compõe a instituição. Os objetivos finais dos membros são os mesmos embora o meio que cada um utiliza para chegar ao objetivo do ensino e da aprendizagem são demasiadamente distintos e quando desiguais tornam o espaço escolar altamente conflituoso.

Assim, as relações corriqueiras entre os indivíduos dentro da instituição já são previamente determinadas pela posição desses indivíduos na hierarquia social. Podemos compreender melhor como se configuram essas interações com o exemplo das relações entre os operadores das instituições escolares e seus alunos. (SOUZA,2009, p.299)

Queremos dizer que nada é por acaso na escola. A divisão de tarefas é definida de acordo com a função que cada membro da escola exerce no dia-a-dia. Professores e funcionários da escola devem fazer com que os estudantes cumpram as regras disciplinares da escola que o diretor transmite a toda comunidade escolar. O diretor é a figura do Estado dentro da escola, como se fosse um interventor. A secretaria de educação dialoga com a escola por meio do diretor. O estigma histórico no diretor da escola se dá justamente pela ingrata função de exercer um canal de comunicação entre a comunidade escolar e o Estado.

1.2) Professor/aluno

Não é nosso interesse homogeneizar nem generalizar o perfil do professor brasileiro mas identificar esse profissional de acordo com as perspectivas que são comuns na escola pública. Nota-se que o professor ou os professores de escola pública no Brasil são em sua maioria representantes das classes baixas e médias tendo em vista o próprio piso salarial que recebem. Isso diz muito sobre as características desse professor visto que sua condição social interfere diretamente no seu trabalho. Mesmo que o indivíduo não queira, como esquecer os problemas individuais que eventualmente possua com a família e outras questões particulares ao entrar numa sala de aula? Acrescenta-se a esse cenário, a própria situação escolar. Como são nossas escolas? Que alunos frequentam esses espaços? As respostas a essas dúvidas muito nos ajudam a compreender melhor as relações por vezes conflituosas entre os dois segmentos mais afetados pelo espaço escolar.

As escolas públicas brasileiras sofrem quase que diariamente com uma estrutura deficitária e que não consegue atender a demanda exigida. Salas de aulas sem ar-condicionado, bebedouros e banheiros em péssimo funcionamento são a realidade vivida pela maioria das escolas.

Os sujeitos que compõem a escola são diretamente afetados por tudo que ocorre ao redor. A violência social por exemplo ocorre tanto dentro quanto fora da escola e prejudica enormemente o andamento dos processos educativos. São casos e casos que amplamente divulgados pela imprensa que noticiam alunos que agredem professores, e vice e versa. Esse elemento por si só já é suficiente para compreendermos a complexidade do espaço escolar.

Os alunos que frequentam a escola tem origens populares, são filhos de assalariados e convivem com problemas como bullying, evasão escolar dentre outros que atingem a formação desses indivíduos não somente como estudantes mas como cidadãos.

As relações professor/aluno atualmente não são as mesmas que na década passada principalmente pela forma com que estes se comunicam. Embora ambos segmentos se encontrem na escola com os mesmos objetivos, essa relação não ocorre de forma totalmente harmoniosa.

Consequentemente, sem compreender o real motivo, aplica uma solução inadequada e termina por disfarçar o problema ou aumentar a dificuldade do estudante. Veremos que o efeito disso será uma espécie de espelho da sociedade que vivemos, onde o indivíduo que comete uma infração ao conjunto de regras estabelecidas deve ser colocado regime de cumprimento de ações punitivas ou reformadoras. Ou pior, como nos aponta Souza (2009, p.291-292)

Quando chega a perceber que esses comportamentos são fruto de desorganização familiar, a escola, historicamente precária em sua maioria, muito pouco pode fazer a respeito, o que leva o problema a se arrastar indefinidamente até ser naturalizado, ou seja, visto como se fosse parte da própria “natureza” dos alunos. A prática comum é então punir e castigar aqueles que apresentam esse tipo de comportamento, encarado como consequência de uma escolha racional de cada um, e não como efeito de uma condição de vida que não oferece condições sociais objetivas para o sucesso escolar.

E retornamos a questão central da autoridade do professor. Em nome de um bem maior, que seria a resolução de um problema, aplica ao estudante uma sanção para tentar por fim a um comportamento inadequado do jovem.

Esclarecemos que não estamos para um fim da autoridade, muito pelo contrário. É necessário que seja consolidada. Mas é motivo de preocupação o uso indiscriminado e equivocado da autoridade que traz consequências desastrosas para os estudantes, para esses sujeitos em formação. Somos pelo uso consciente e democrático da autoridade do professor.

Assim, criticamos a forma que se dá a relação na escola e defendemos uma mudança de postura para que se possa iniciar uma mudança na formação intelectual dos jovens. Nesse

sentido é importante que todos os envolvidos no processo escolar tomem parte nessa caminhada. Professores, funcionários, pais e estudantes devem ser pela resolução justa e coerente dos percalços que afligem a todos.

A equipe da escola precisa investir sistematicamente na mudança das relações autoritárias para relações baseadas no diálogo e no consenso. Nas relações mútuas entre direção e professores, entre professores e alunos, entre direção e funcionários técnicos e administrativos, há de combinar exigência e respeito, severidade e tato humano. (LIBANEO, 2004, .146)

Nenhuma relação social pode vir a ser positiva se exercida de maneira desigual entre os indivíduos. Assim é na escola, entre professores e estudantes. Reconhecer o papel de cada um e a parte que cabe a cada um no processo escolar é requisito para que coletivamente seja superado as questões relativas a indisciplina e desinteresse dos estudantes.

2) ESCOLA E APARELHOS IDEOLÓGICOS

Quando falamos que a escola é um espelho da sociedade que se vive, nos baseamos nas experiências que temos na escola. Vejamos algumas semelhanças entre sociedade e escola através de uma análise comparativa simples.

- a) Organização social que reúne indivíduo de todas as classes sociais;
- b) Funcionam através de relações de poder;
- c) Possuem conjuntos de regras disciplinares;

É por esse motivo, e somente por esse motivo que aceitamos a expressão de escola democrática. Pois é composta de indivíduos de classes sociais distintas. Mesmo que a escola pública tenha na maioria de sua comunidade pessoas, da classe trabalhadora. E na sociedade civil, por maior que seja o abismo entre as classes e por mais violenta que seja a relação entre as classes, elas coexistem.

Na escola há para cada indivíduo uma competência definida e uma hierarquia de trabalho. Uma pirâmide social de poder. O diretor está no topo da pirâmide e exerce função parecida com a de um parlamentar na sociedade. Os professores, supervisores e orientadores que lidam diretamente com os estudantes, garantem o cumprimento das normas, assim como as polícias lidam com todo o povo. E caso haja algum descumprimento das regras, existem os mecanismos punitivos para eventuais situações desse tipo.

Como AIE dominante, vale dizer que a escola constitui o instrumento mais acabado de reprodução das relações de reprodução de tipo capitalista. Para isso ela toma a si todas as

crianças de todas as classes sociais e lhe inculca durante anos a fins de audiência obrigatória (ALTHUSSER)

Se a escola é instituição de ensino da classe burguesa, logo vai servir para os interesses da burguesia. É na escola, assim como na família e na igreja, que os jovens são iniciados na perspectiva da manutenção da ordem social. As regras, os uniformes, as condutas padronizadas e as punições funcionam dissimuladamente como mecanismo de controle.

2.1 Autoridade de democracia

O espaço entre professor e aluno deve ser preenchido com autoridade e democracia. Deve ser uma relação assentada nas bases do diálogo pois ambos possuem os mesmos objetivos. Para o professor o processo de ensino aos estudantes, é também de aprendizagem. O professor também aprende, é uma relação intelectual mútua. Para tal, é essencial que a autoridade não seja colocada como marco divisor, mas como pólo que agrupa as ambições e os interesses de ambos.

a aprendizagem implica a aquisição de conteúdos mais ricos, têm uma consciência muito clara de que a aquisição desses conteúdos não se dá sem esforço, não se dá de modo espontâneo; consequentemente, tem uma consciência muito clara de que para se aprender é preciso disciplina e, em função, disso eles exigem mesmo dos professores a disciplina. (SAVIANI, 1997, p,59-60)

Vemos na autoridade a importância de guiar o processo de aprendizagem. O uso da autoridade deve ser pautado no respeito ao ambiente democrático característico de um processo escolar

com efeito, na conquista da autonomia da escola, está presente a exigência da participação de professor, pais, alunos, funcionários e outros representantes da comunidade, bem como as formas de participação: a interação comunicativa, a discussão pública dos problemas e soluções, a busca do consenso que pautas básicas (LIBANEO, 2004, p.105)

Autoridade e democracia significam instrumentos pelos quais se exerce relações de ensino e aprendizagem positivas e harmoniosas. Isso quer dizer que os horizontes visualizados no processo escolar atestam se democracia e autoridade foram utilizados com prudência.

se a educação é mediação, isso significa que ela não se justifica por si mesma, mas tem sua razão de ser nos efeitos que se prolongam para além dela e que persistem mesmo após a cessação da ação pedagógica. (...) o critério para se aferir o grau de democratização atingido no interior das escolas deve ser buscado na prática social (SAVIANI, 1989, p. 86)

Romper com as práticas de dominação ideológicas exercidas pela escola, transformar a relação conflituosa entre professores e estudantes são práticas possíveis e que ao longo prazo podem tornar uma sociedade capaz de se transformar pelo rompimento das relações sociais desiguais. Se falamos de educação falamos de transformação social e a escola pode ser uma porta aberta para futuras e duradouras práticas.

Isso nos coloca diante da proposta de que como chegar a tal porta. Logo o papel exercido pelo professor deve ser pautar no exercício diário da democracia e da autoridade. São mecanismos que se integram e de forma coerente podem vir a trazer bons resultados para a escola e educadores responsáveis com as gerações futuras e com a transformação social.

Consequentemente, a própria montagem do aparelho escolar estava aí a serviço da participação democrática, embora no interior da escola nós tivéssemos aqueles professores que assumiam, não abdicavam, não abriam mão da sua autoridade, e usavam essa autoridade para fazer com que os alunos ascendessem a um nível elevado de assimilação da cultura da humanidade (SAVIANI, 1997, p.-60)

Percebemos que a autoridade pode também ser utilizada de modo mais educadora e menos punitiva. Sendo oferecido aos professores as condições indispensáveis para prática docente cuidadosa, espera-se uma troca de experiências intelectuais que garantam aos jovens os conhecimentos escolares e oportunizem as condições para a tomada de consciência na atitude e na demanda humanitária de transformar.

3) A ESCOLA DEVE IR ALÉM

A escola tem assistido o passar dos anos, amargando um alto e crescente índice do chamado fracasso escolar. Quando a instituição não cumpre suas metas e objetivos como de formar sujeitos críticos e capazes intelectualmente. Ora, isso é tema de inúmeros trabalhos e pesquisas acadêmicas todo ano, a todo momento.

Sabemos que a condição atual da escola deve ser transformadora, alterada imediatamente, embora sejamos conscientes que tais mudanças não ocorrem automaticamente e também não dependem unicamente da vontade mental de professores e estudantes. Mas acreditamos que há possibilidade e vias que oportunizem as almejadas mudanças. Pois a reprodução de mecanismos desiguais, a falta de democracia e os excessos de autoridade na escola tem somado forças para manter o fracasso escolar assombrando as instituições públicas de ensino. Somos conscientes que outros fatores também exercem influência sobre tais problemas.

Mesmo assim a tarefa de dar a escola uma nova e transformadora função deve ser encarada de forma incansável por todos educadores e demais envolvidos no processo escolar.

Há muitos professores sensíveis e bem intencionados em nossas escolas públicas, que se esforçam para fazer um bom trabalho e se preocupam com o futuro de mecanismos institucionais que vão além de suas vontades; e, por maior que seja o desejo de alguns professores em mudar o funcionamento da instituição escolar, seus atos isolados nada podem contra a impessoalidade e a magnitude de um sistema que funciona de acordo com o consentimento, mesmo que não intencional, de toda a sociedade. E o que reina nas escolas públicas é um sentimento de impotência, mal-estar, desinteresse e desânimo coletivo, e os profissionais da educação não sabem o que fazer, pois, por mais que se esforcem, não conseguem lutar contra a força contrária que advém da própria instituição. (SOUZA, 2009, p. 300-301)

De nada adiantam um corpo docente democrático em suas ações pedagógicas se são cerceados pela instituição escolar. Para resultados positivos em grande escala, é fundamental uma mudança também na escola como instituição.

A escola pode servir para interesses do povo em sua jornada de ascensão de transformação realidade. Está na escola uma via de mão dupla justamente pelas características de toda instituição de ensino. É possível através da escola e de seus objetivos almejar transformações na própria sociedade. Isso porque a escola pode garantir as condições necessárias aos indivíduos que são os que movem, as transformações sociais. Os estudantes são por via de regra os responsáveis, ou as mãos capazes de transformar uma realidade, mas:

A escola precisa torná-lo capaz de interferir criticamente na realidade para transformá-lo e não apenas integrar-se ao mercado de trabalho. A escola deve continuar investindo na ajuda aos alunos para que se tornem críticos, para se engajarem na luta pela justiça social e pela solidariedade humana (LIBANEO, 2004, p.55)

Ou seja, a escola deve ir além do simples ato de ensinar conteúdos, do simples ato de transmitir saberes. Mais que formar intelectuais, a escola pode também ser pela transformação das situações desiguais da nossa sociedade. Longe de ser apenas um pensamento vago e distante acreditamos que são pautas conquistáveis apoiados nas características históricas das sociedades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é um grande cenário de observação e torna-se fundamental para os educadores voltarem seus olhos para todos os labirintos que estruturam a escola. Percebemos que a escola é uma instituição que não funciona somente para a educação no sentido literal da palavra. Funciona principalmente como estrutura de controle social e de mediação para manutenção de determinadas configurações sociais. É ingênuo achar que as situações que ocorrem nesse local são frutos unicamente da vontade de professores e estudantes. É coerente reconhecer que às políticas para a escola tem função de adestrar e condicionar comportamentos válidos de analisar essas problemáticas e posteriormente construir uma mobilização capaz de transformar as situações notadamente equivocados no ambiente escolar.

Importar-se com a figura do professor como agente de mediação entre conhecimento e ação social significa prover condições e possibilidades de iniciar boas caminhadas para gerações. Reiteramos que aqui não nos colocamos contra a autoridade do professor. Nossa posição é de reconhecer que há erros no uso da autoridade e que é importante uma análise minuciosa desse uso. De tal modo a vir exercer autoridade conscientemente e democraticamente no processo escolar. A autoridade do professor não pode ser uma causadora de novos conflitos na escola e sim uma espécie de instrumentos de apoio e mediação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado.** Notas sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). Tradução; Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 2edição. Edições Graal. Rio de Janeiro RJ, 1985.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 17 jul. 2019.

ENGELS Friedrich. **Sobre a autoridade.** 1873.

FOUCAULT Michel. **Vigar e Punir: nascimento da prisão: tradução de Raquel Ramalhete.** 38edição. Editora Vozes, Petrópolis RJ, 2010.

LIBÂNEO José Carlos. **Didática.** 34reimpressão. Coleção Magistério – Série Formação do Professor. Cortez Editora. São Paulo SP,2012.

LIBÂNEO José Carlos. **Organização e gestão da escola: teórica e prática.** 5edição. Revista e ampliada. Editora Alternativa. Goiânia GO, 2004.

MARX & ENGELS. **Textos sobre educação e ensino.** Editora Moraes, São Paulo, 1983.

SCHILLING Flávia. **Educação em diretos humanos: reflexões sobre o poder, a violência e a autoridade na escola.** Universitas Psychologica, Bogotá Colômbia, v.7, n.003, p. 691-700, ago.2008.

SOUZA Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive.** Editora UFMG. Belo Horizonte MG,2009.

SAVIANI Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política.** 31 edição- Coleção Polêmica do nosso tempo, v; 5. Editora Autores Associados. Campinas SP, 1997.